
Dando nome e classe aos bois: a reversibilidade entre homens e bois na construção de uma elite nacional

Leonardo Vilaça Dupin¹
Beatriz Ribeiro Machado²

O estudo de animais tem sido uma constante há pelo menos uma década na antropologia nacional. Porém, poucos são os trabalhos que têm conseguido cumprir a proposição de “levá-los a sério”, colocando-os no centro de questões fundamentais do país. O livro *Nomes aos Bois: Zebu e Zebueiros em uma Pecúária de Elite* é um competente trabalho nesse sentido, trazendo contribuições em áreas contemporâneas da disciplina (antropologia da política e da ciência), mas colocando em questão também temas clássicos (sangue, parentesco, rituais e sistemas de trocas). Todos esses aqui impossibilitados de serem tratados separadamente.

Relativizando também dicotomias como rural e urbano, fazendas e indústrias, seu trabalho de campo começa em criatórios na cidade de Uberaba (MG), perpassa centrais de inseminação, associações e clínicas de criadores, seminários e feiras agropecuárias. Enfim, atravessa uma rede de instituições locais que dão suporte a um circuito que movimentava somas vultuosas. Seguindo uma proposição de Evans-Pritchard (2013), que aconselhou no clássico *The Nuer, “cherche la vache”*, Leal (2015) percebeu que precisava entender, tomando as palavras do autor inglês, o “idioma bovino” da região que ao longo do último século reformatou o rebanho bovino nacional. Ela observa então com sagacidade que a insígnia “Zebu” está no nome da rede de supermercados da cidade, como também na principal agência de turismo (“Zebulândia”), na churrascaria mais famosa, entre outros diversos segmentos.

O resultado deste trabalho de imersão, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, foi premiado pela ANPOCS como

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: leodupin@hotmail.com.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: beatrizribeiro.ufv@gmail.com.

tese-destaque no ano de 2015. Em todo esse circuito, o interesse primordial da autora é em um tipo específico de bovino, aquele que não vai para o abate, em função do seu alto valor como reprodutor. O chamado “gado de elite” não é destinado a abastecer o mercado de carne nacional e internacional, ainda que seus animais sirvam de referência a este. Tais bovinos frequentam pistas de leilões, são criados em baias e vendidos por valores ímpares (bem acima de países com tradição na área de criação como EUA e França).

Os leilões, rituais realizados em suntuosas fazendas, que movimentam cifras milionárias e uma rede de atores humanos e não humanos, são o ponto central do trabalho. “Mais que eventos de compra e venda de bovinos, são pontos de encontro de profissionais do agronegócio”, políticos graúdos, mas também de figuras menos notórias (chamados localmente de “comedores de coxinha”), que precisam lotar tais eventos para conferir prestígio a eles. E é isso que está em jogo nesses rituais promovidos por uma elite: o reconhecimento público, tanto de pessoas como de animais.

Assim, o que de mais valioso o trabalho de Leal (2015) nos traz é demonstrar como, ao longo do último século, criadores de Zebu elitizaram a si mesmos e aos seus animais, transformados de bovinos com “carne dura” a um símbolo da prosperidade nacional, consolidando-se como uma elite bastante influente no país. Nesse trajeto, ela utiliza como referência os trabalhos de antropólogas que se focam em questões como parentesco, tecnologias reprodutivas e relações humano-animais como Bouquet (1993), Strathern (1999) e Cassidy (2009), dentre outros, que, em termos gerais, discutem pureza, hereditariedade e parentesco entre pessoas e animais.

Cassidy (2009), por exemplo, com quem Leal (2015) dialoga de forma bem interessante, aborda a “invenção” de *pedigrees* entre cavalos de corrida puro-sangue na Inglaterra, o chamado “esporte dos reis”. A autora inglesa defende que o mercado desses cavalos tem muito a dizer sobre a aristocracia local, uma vez que o *pedigree* que “carregam”, mais do que um mecanismo capaz de sugerir as qualidades individuais e familiares desses animais, elucida a história da indústria de “estoque de sangue”, que se fundamenta através de critérios patriarcais, hereditários e aristocráticos. Para a autora, não é coincidência que estes cavalos “puro-sangue” sejam de propriedade de famílias com a mesma denominação. Segundo ela, estes animais de elite, com alto valor de mercado, se tornaram verdadeiros repositórios, não só de material genético, como de um ideal racial. Assim, mais do que evidenciar mecanismos de hereditariedade, de pertença ao grupo, uma raça ou família, o *pedigree* produz a distinção de indivíduos, sejam eles homens ou animais, gerando prestígio mútuo.

No Brasil, como demonstra Leal (2015, p. 18), o mercado de gado de elite (de “estoque de sangue”) também se faz através de uma retórica de “elite”, porém com especificidades onde entram elementos da chamada zootecnia trópica, como o “controle do fluxo do sangue dos animais” e da publicação

regular de genealogias. Segundo ela, os criadores brasileiros inventaram uma maneira própria de selecionar e “racear” gado, que envolvem critérios econômicos, mas também estéticos. Assim, se estes animais não são exatamente de propriedade de uma “aristocracia puro-sangue” – já que no Brasil, diferentemente da Inglaterra de Cassidy, não houve exatamente uma – são, indubitavelmente, de propriedade de uma classe abastada, que se fez, e ainda se faz, através de seus bois e de um idioma do parentesco.

Como observa a autora, há algumas gerações no país, famílias de criadores com critérios próprios selecionam e comercializam famílias de bovinos. Estas não só são proprietárias destes espécimes, como de um saber necessário para selecioná-las e comercializá-las, que, por sua vez, é fundamental para a construção de um mercado de gado de elite. As genealogias destas reses são mais que registros de transmissão de substâncias e atributos. Elas são resultado de uma autoria. Ao realizarem a seleção destes espécimes, tentam elaborar acasalamentos ideais. Por conhecerem as qualidades raciais dos ascendentes com maestria e fundamentando-se em ideias de “sangue”, hereditariedade e genética, prospectam gerar progênes superiores e assim fazem espécimes de elite. Portanto, uma genealogia bovina bem-sucedida tanto faz reses quanto criadores de elite (LEAL, 2015 p. 20).

Vale destaque o momento em que a autora faz um levantamento da árvore genealógica dessas famílias de produtores, e também dos seus principais animais reprodutores. Ali, casamentos humanos e bovinos trilham caminhos semelhantes, sendo esses animais (mercadorias) inalienáveis, uma vez que o gado e os criadores são produzidos uns pelos outros em um tipo de troca que remonta aos estudos clássicos da disciplina. Assim, Leal (2015) demonstra que a trajetória de uma vaca nos espetáculos, ou o preço pelo qual é leiloada, nunca é separada da trajetória de seu criador. E mesmo a venda de um animal em um leilão não separa o vínculo entre esses espécimes e seus criadores. Ao contrário, cada nova compra produz novas relações entre o animal, seu criador e seus novos proprietários

Neste sentido, a autora trata da correlação entre homens e bois de elite, cara a um mercado familista como é este ramo da pecuária, onde o idioma do parentesco (seja através do “sangue”, da hereditariedade, da genética, das genealogias, das famílias) importa aos “animais de elite” e também aos criadores, se fazendo presentes na valoração mútua. Nas mãos da elite, esses animais funcionam como objeto de pureza e distinção. Dessa forma, Leal (2015) conclui que a invenção da fórmula brasileira de seleção de animais puro-sangue (ou puros de origem) tem um sentido mais que zootécnico, político. Segundo ela, através do “raceamento” de animais, ocupação de territórios e uso de biotecnologias, a pecuária de elite vincula fazendeiros e Estado a um projeto de família, nação e raça.

Por tudo isso, a pecuária de elite tornou-se o carro-chefe do agronegócio nacional e – se podemos também adentrar nesse “idioma bovino”–,

constituiu-se em uma atividade que ultrapassou as barreiras econômicas. A ela vincula-se, por exemplo, o gênero musical mais tocado no Brasil contemporâneo (sertanejo universitário), sendo também tema de novela, seriado e moda. Deste modo, constitui-se em projeto político hegemônico, com o apoio dos grandes grupos de comunicações (no qual é recorrentemente retratado como um oásis próspero em meio a um país atrasado), e ético, que envolve a mistura entre público e o privado.

Por tudo isso, ousamos dizer que em um mercado onde os preços seguem uma racionalidade particular (de complexa compreensão para *outsiders*), talvez por se preocupar mais com o universo de criadores do que de investidores, algo passou despercebido no trabalho da autora sobre tais leilões. Para além de eventuais semelhanças com mercados de arte e sistemas de troca melanésios – sem querer desmerecer o “olhar” dos criadores, um conhecimento da ordem da percepção que requer experiência e talento, classificado pela autora como uma “ciência do concreto” – num Brasil onde público e privado se confundem, não é de se estranhar que leilões sejam atualmente, para além de rituais de prestígio, um meio muito eficaz para “lavagem de dinheiro” público, onde é fácil forjar grandes ganhos ou simular perdas, como vem mostrando recentes investigações do Ministério Público.

Tais rituais, que ocupam a ordem do sagrado e cujos promotores significativos compõem o Congresso Nacional, são atualmente (ou desde sempre) diletos companheiros da teologia da prosperidade (outro meio eficaz de lavagem de dinheiro e que poderia dar uma boa pesquisa comparativa sobre mecanismos operados pelas elites), na apropriação da máquina pública e na cristalização de um projeto nacional. Enfim, a bancada do boi (assim como a da Bíblia) é uma herança de um processo colonizatório (que também trouxe o gado para o país) em curso.

LEAL, N. S. *Nome aos bois: Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. 1.^a ed. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2016.

Recebido em maio de 2017.

Aceito em julho de 2017.